

Comissão Europeia

Publicação de uma vaga de *conselheiro especial* – representante da UE para as PME

(Agente temporário – grau AD 15)

(Contratação de um agente temporário ao abrigo do artigo 2.º, alínea a), do Regime Aplicável aos Outros Agentes)

COM/2023/20097

Quem somos

A Comissão Europeia está decidida a adotar medidas audaciosas de apoio às pequenas e médias empresas (PME), uma vez que reconhece o papel que desempenham a nível da concretização do processo de transição para uma economia ecológica, digital e resiliente, bem como a forma como contribuem para a prosperidade da UE a longo prazo.

Neste contexto, a Comissão adotou uma comunicação relativa a um pacote de medidas de apoio às PME [COM (2023) 535 final] que inclui a nomeação de um representante específico da UE para as PME que será responsável pela prestação de orientação e aconselhamento à Comissão sobre questões relativas às PME e pela defesa dos interesses das PME a nível externo.

O que propomos

Um cargo de representante da UE para as PME, que informará diretamente a Presidente, bem como o Comissário responsável pelo Mercado Interno, sobre todas as atividades relacionadas com as PME realizadas juntamente com os serviços da Direção-Geral do Mercado Interno, da Indústria, do Empreendedorismo e das PME (DG GROW) que, por sua vez, apoiarão o trabalho levado a cabo pelo representante.

O representante da UE para as PME («o representante») presidirá à rede de representantes para as PME, um grupo de peritos nacionais de alto nível com organizações empresariais enquanto observadores, e apresentará um relatório anual sobre os resultados obtidos.

Com base nas informações obtidas no âmbito dos trabalhos dessa rede, o representante prestará igualmente orientações e aconselhamento à Comissão sobre questões relativas às PME, contribuindo assim para que a legislação da UE seja mais favorável às PME, bem como para reduzir os encargos administrativos das mesmas.

O representante participará também no Programa da Comissão «Legislar Melhor», devendo fazer parte das audições do Comité de Controlo da Regulamentação com as direções-gerais sobre iniciativas com grande impacto sobre as PME. O representante defenderá igualmente os interesses das PME a nível externo.

Mais especificamente, as funções do representante abrangerão os seguintes aspetos:

Rede de representantes para as PME

- a) O representante presidirá às reuniões da rede de representantes para as PME, orientará os trabalhos da rede e assegurará o intercâmbio de boas práticas em matéria de salvaguarda dos interesses das PME com as instituições da UE e dos Estados-Membros.
- b) O representante manterá contactos estreitos e regulares com as PME e as respetivas associações.

Orientações e aconselhamento em matéria de política para as PME

- a) O representante promoverá a adoção do princípio «pensar primeiro em pequena escala» em toda a Comissão Europeia e no âmbito das reuniões e conferências externas.
- b) O representante aconselhará a Comissão sobre questões relacionadas com as PME, como por exemplo todos os ecossistemas industriais, as questões horizontais relacionadas com as PME e a evolução das políticas das PME nos Estados-Membros.
- c) O representante fornecerá orientações e informações adicionais sobre a melhor forma de aplicar a política europeia para as PME e facilitará a integração de questões relevantes para as PME em todos os domínios de intervenção, aconselhando igualmente a Comissão e os legisladores sobre como apoiar as PME durante a introdução progressiva da nova legislação.
- d) O representante apresentará, anualmente, ao Colégio de Comissários, um relatório sobre temas relacionados com as PME, incluindo a questão dos custos de conformidade e cumulativos, e discutirá esse relatório com o Colégio. Mediante pedido, o representante poderá apresentar relatórios intercalares.
- e) Com o acordo da presidência do Conselho, o representante apresentará, anualmente, ao Conselho Competitividade, um relatório sobre o trabalho levado a cabo pela rede de representantes para as PME e disponibilizará esse relatório às comissões competentes do Parlamento Europeu.
- f) O representante pode participar no grupo de trabalho para o cumprimento das regras do mercado único sempre que sejam abordados aspetos relacionados com as PME.
- g) O representante será estreitamente associado aos trabalhos de atualização da definição de PME, ao desenvolvimento de uma definição harmonizada para as pequenas empresas de média capitalização e à elaboração de propostas legislativas à luz dessas definições novas ou revistas.

Melhor regulamentação e redução dos encargos administrativos

- h) O representante, juntamente com a rede de representantes para as PME, analisará a futura legislação da UE relevante para as PME e chamará a atenção da Comissão, em colaboração com as partes interessadas das PME, para as medidas que merecem uma atenção especial do ponto de vista das PME. Fará também o necessário para garantir que o impacto dessas medidas sobre as PME seja devidamente analisado.
- i) O representante participará ativamente no processo do Semestre Europeu, nomeadamente participando nas avaliações da situação nos Estados-Membros no que diz respeito às PME.
- j) O representante contribuirá para a divulgação dos convites à apresentação de informações e das consultas públicas junto das PME a fim de as encorajar a fornecer as suas opiniões e levar as respetivas associações nacionais a fornecer dados que possam servir de base para as avaliações de impacto e outras.
- k) O representante pode, durante o processo legislativo e sempre que estejam em causa alterações substanciais de uma proposta que afete as PME, sugerir que seja efetuada uma análise adicional do impacto dessas alterações sobre as PME; essa sugestão será apresentada ao Parlamento Europeu e ao Conselho, respetivamente, e será comunicada às partes interessadas.
- l) O representante ajudará a identificar temas para o programa de trabalho anual da Plataforma Prontos para o Futuro e a identificar os novos desafios e possibilidades para as PME. Participará nas reuniões da Plataforma a fim de ajudar a identificar a legislação em vigor especialmente onerosa para as PME e sugerir à Comissão soluções conviviais que facilitem o cumprimento da legislação por parte das PME.
- m) O representante contribuirá para o estabelecimento de uma metodologia que permita calcular os custos cumulativos e de conformidade das PME.
- n) O representante contribuirá para os trabalhos de racionalização das obrigações de declaração a fim de as reduzir progressivamente de 25 % a nível europeu.
- o) O representante promoverá uma maior sensibilização para os aspetos relacionados com as PME no âmbito do programa «Legislar Melhor», através de um diálogo regular com o Comité

de Controlo da Regulamentação (CCR) e da participação nas audições deste Comité com as direções-gerais sobre iniciativas com grande impacto sobre as PME. Nesse contexto, o representante da UE para as PME poderá levantar questões e alertar o Comité para os seguintes aspetos: impactos negativos significativos sobre as PME, possíveis opções adicionais suscetíveis de os atenuar, fiabilidade das análises dos custos/benefícios e competitividade e atividades de consulta.

- p) O representante encorajará uma adoção adequada do método «teste PME» pelos serviços da Comissão, em cooperação com o membro da rede de representantes para as PME que é o relator para a melhoria da legislação.

Perfil pretendido (critérios de seleção)

Os candidatos devem ter:

Qualidades pessoais

- Competências interpessoais, capacidades de argumentação e negociação de alto nível e ser capazes de comunicar eficaz e eficientemente com todas as partes interessadas, tanto no interior como no exterior da Comissão, de estabelecer relações de confiança com as mesmas e de representar a Comissão no âmbito de instâncias comerciais e institucionais.
- Uma sólida reputação no âmbito da comunidade de PME da UE, a fim de serem considerados como homólogos competentes da UE perante os representantes nacionais para as PME, organizações empresariais e outros parceiros relevantes constituiria um trunfo desejável.

Competências e experiência específicas

- Um conhecimento aprofundado dos principais motores da atividade empresarial, das oportunidades e das restrições ao crescimento empresarial e à inovação, na medida em que digam respeito às PME da economia europeia moderna.
- Um conhecimento aprofundado dos desafios administrativos enfrentados pelas PME para garantir o cumprimento das políticas e da legislação da UE;
- Experiência em matéria de proteção e defesa dos interesses das PME, nomeadamente através de redes empresariais ou institucionais específicas;
- Bons conhecimentos ou experiência a nível do trabalho das administrações públicas europeias e/ou nacionais, nomeadamente no que diz respeito ao processo de tomada de decisões e de elaboração das políticas da UE;
- Uma experiência profissional, empresarial ou académica no domínio das PME ou da política industrial constituiria uma vantagem.

Competências de assessoria

- Capacidade comprovada para fornecer orientações estratégicas e aconselhamento em matéria de melhorias das condições das empresas e elaboração de políticas e legislação ao mais alto nível no domínio da política industrial, do empreendedorismo e das PME,
- Capacidade demonstrada para prestar aconselhamento sobre a aplicação e a racionalização da política para as PME e para fornecer orientações sobre o apoio às PME durante a introdução progressiva da nova legislação.
- Capacidade para analisar, avaliar e comunicar o (potencial) impacto das iniciativas políticas e da legislação sobre as PME e para formular recomendações e propostas sólidas.

Condições de admissão (critérios de admissibilidade)

Só serão admitidos à fase de seleção os candidatos que, **até ao termo do prazo para a apresentação das candidaturas**, cumprirem os seguintes requisitos formais:

- Nacionalidade: os candidatos devem ser nacionais de um dos Estados-Membros da União Europeia.
- Título ou diploma universitário: os candidatos devem possuir, alternativamente:
 - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, sempre que a duração normal desses estudos seja igual ou superior a quatro anos;
 - habilitações de nível correspondente a um ciclo completo de estudos universitários, comprovadas por um diploma, e experiência profissional relevante de, pelo menos, um ano, sempre que a duração normal desses estudos seja igual ou superior a três anos (este ano de experiência profissional não pode estar incluído na experiência profissional pós-licenciatura abaixo exigida).
- Experiência profissional: os candidatos devem possuir, pelo menos, 15 anos de experiência profissional pós-licenciatura¹ a um nível correspondente às qualificações acima mencionadas.
- Experiência de assessoria: pelo menos, cinco anos da experiência profissional pós-licenciatura devem ter sido adquiridos no desempenho de funções de assessoria de alto nível.
- Línguas: os candidatos devem possuir um excelente conhecimento de uma das línguas oficiais da União Europeia² e um conhecimento satisfatório de outra dessas línguas. Durante a entrevista ou entrevistas, o júri verificará se os candidatos cumprem o requisito de um conhecimento satisfatório de outra língua oficial da UE, pelo que parte da entrevista pode decorrer nessa língua.
- Limite de idade: os candidatos não devem ter ainda atingido a idade normal da reforma que, para os agentes temporários da União Europeia corresponde ao último dia do mês em que atingem os 66 anos (ver o artigo 47.º do Regime Aplicável aos Outros Agentes³).

Seleção e nomeação

O processo de seleção e nomeação realizar-se-á em conformidade com os procedimentos de seleção e recrutamento da Comissão Europeia (ver documento sobre a política relativa aos funcionários superiores⁴).

¹ Para poder ser tida em conta, a experiência profissional tem de constituir uma verdadeira relação de trabalho, definida como real, genuína e remunerada, envolvendo uma atividade por conta de outrem (qualquer tipo de contrato) ou a prestação de um serviço. As atividades profissionais exercidas a tempo parcial são calculadas proporcionalmente, com base na percentagem certificada de horas de trabalho a tempo inteiro. São tomadas em consideração as licenças de maternidade, paternidade e adoção concedidas no âmbito de um contrato de trabalho. Os doutoramentos, mesmo não remunerados, são equiparados a uma experiência profissional com uma duração máxima de três anos, desde que tenham sido concluídos com êxito. Cada período de tempo conta apenas uma vez.

² <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:01958R0001-20130701&qid=1408533709461&from=ENhttps://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A01958R0001-20130701>

³ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=CELEX%3A01962R0031-20140701>

⁴ https://commission.europa.eu/jobs-european-commission/job-opportunities/managers-european-commission_en#documents (only exists in English)

No âmbito do presente processo de seleção, a Comissão Europeia constitui um júri de pré-seleção. O júri analisa todas as candidaturas, procede a uma primeira verificação da admissibilidade e, tendo em conta os critérios de seleção acima referidos, identifica os candidatos com o perfil mais adequado, que poderão ser convocados para uma entrevista com o júri de pré-seleção.

Após as entrevistas, o júri de pré-seleção elabora as suas conclusões e propõe uma lista dos candidatos a convocar para outras entrevistas com o Comité Consultivo de Nomeações da Comissão Europeia (CCN). Tendo em conta as conclusões do júri de pré-seleção, o CCN decidirá dos candidatos a convocar para uma entrevista.

Os candidatos convocados para uma entrevista com o CCN passam um dia inteiro num centro de avaliação gerido por consultores externos de recursos humanos. Tendo em conta os resultados da entrevista e o relatório do centro de avaliação, o CCN elabora uma lista restrita dos candidatos que considera aptos para o desempenho da função em causa.

Os candidatos que figuram na lista restrita do CCN são entrevistados pelos membros da Comissão competentes.

Na sequência destas entrevistas, a Comissão Europeia adota a decisão de nomeação.

O candidato selecionado deve ter cumprido as obrigações impostas pela legislação respeitante ao serviço militar, oferecer as garantias de idoneidade moral requeridas para o exercício das suas funções e estar fisicamente apto para o efeito.

O candidato selecionado deve possuir um certificado de credenciação de segurança válido ou estar em condições de o obter junto da respetiva autoridade nacional de segurança. A credenciação de segurança pessoal é uma decisão administrativa tomada após a conclusão de um inquérito de segurança efetuado pela autoridade nacional de segurança competente, em conformidade com as disposições legislativas e regulamentares nacionais aplicáveis nesse domínio, que certifica que uma pessoa pode ser autorizada a aceder a informações classificadas até um determinado nível. (note-se que o procedimento necessário para a obtenção de um certificado de credenciação de segurança só pode ser iniciado a pedido do empregador e não pelo candidato).

O candidato selecionado só poderá aceder a informações classificadas da UE (ICUE) de nível igual ou superior a CONFIDENTIEL UE/EU CONFIDENTIAL e participar em reuniões em que essas informações sejam abordadas uma vez emitido o certificado de credenciação de segurança pessoal pelo Estado-Membro em causa e concluído o processo de credenciação com as informações legalmente obrigatórias da Direção de Segurança da Comissão Europeia.

Igualdade de oportunidades

Em conformidade com o artigo 1.º-D do Estatuto dos Funcionários, a Comissão persegue o objetivo estratégico de alcançar a igualdade de género a todos os níveis de gestão até ao final do seu atual mandato e aplica uma política de igualdade de oportunidades, incentivando as candidaturas que possam contribuir para uma maior diversidade, igualdade de género e equilíbrio geográfico global.

Condições de emprego

A remuneração e as condições de emprego são as estabelecidas no Regime aplicável aos Outros Agentes da União Europeia.

O candidato selecionado será contratado pela Comissão Europeia como agente temporário de grau AD 15. Será classificado no escalão 1 ou 2 desse grau, em função da duração da sua experiência profissional.

Será nomeado para um mandato inicial de quatro anos, que poderá ser prorrogado por um período máximo de três anos.

Os candidatos devem ter em conta que o Regime aplicável aos Outros Agentes da União Europeia determina que todos os novos membros do pessoal devem concluir com êxito um período de estágio de nove meses.

O local de trabalho é Bruxelas (Bélgica).

Independência e declaração de interesses

Durante o processo de seleção, os candidatos devem apresentar uma declaração em que se comprometem a agir no interesse público e com independência, e declarar quaisquer interesses que possam prejudicar a sua independência.

Informações importantes para os candidatos

Recorda-se aos candidatos que os trabalhos dos júris são confidenciais. Nem os candidatos nem quaisquer outras pessoas que ajam em seu nome estão autorizados a contactar, direta ou indiretamente, os membros dos júris. Qualquer pedido de informação deve ser enviado para o secretariado do respetivo júri.

Proteção dos dados pessoais

A Comissão Europeia garante que os dados pessoais dos candidatos sejam tratados em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho⁵. Estas disposições aplicam-se, em particular, à confidencialidade e à segurança dos dados.

Processo de candidatura

Antes de apresentarem as suas candidaturas, os candidatos devem verificar cuidadosamente se cumprem todos os critérios de admissibilidade («Condições de admissão»), em particular no tocante aos tipos de diplomas e à experiência profissional de alto nível, bem como às capacidades linguísticas exigidas. O não cumprimento de algum desses requisitos implica a exclusão automática do processo de seleção.

Caso pretenda candidatar-se, deve inscrever-se no sítio Web a seguir indicado e seguir as instruções relativas às diferentes fases do processo:

<https://ec.europa.eu/dgs/human-resources/seniormanagementvacancies/>

⁵ Regulamento (UE) 2018/1725 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos e organismos da União e à livre circulação desses dados, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 45/2001 e a Decisão n.º 1247/2002/CE (JO L 295 de 21.11.2018, p. 39).

Os candidatos devem ter um endereço de correio eletrónico válido, que será utilizado para confirmar a sua inscrição, bem como para manter o contacto ao longo de todo o processo. Por conseguinte, a Comissão Europeia deve ser informada de qualquer alteração desse endereço eletrónico.

Para completar as candidaturas, os candidatos devem apresentar, por via eletrónica, um CV em formato PDF, de preferência utilizando o modelo do CV Europass⁶, e redigir, em linha, uma carta de motivação (com 8 000 carateres, no máximo). Os CV e as cartas de motivação dos candidatos podem ser apresentados em qualquer uma das línguas oficiais da União Europeia.

É do interesse dos candidatos garantir a exatidão, a exaustividade e a veracidade dos dados constantes do respetivo processo de candidatura.

Uma vez concluído o processo de inscrição em linha, os candidatos receberão uma mensagem eletrónica a confirmar que a sua candidatura foi registada. **Se o candidato não receber uma mensagem eletrónica de confirmação, isto significa que a candidatura não foi registada.**

Os candidatos não podem acompanhar em linha a evolução da sua candidatura. A Comissão Europeia contacta-los-á diretamente para os informar a esse respeito.

As candidaturas enviadas por correio eletrónico não serão aceites. Para mais informações e/ou em caso de problemas técnicos, os candidatos devem enviar uma mensagem eletrónica para: HR-MANAGEMENT-ONLINE@ec.europa.eu

Compete aos candidatos concluir a inscrição eletrónica dentro do prazo fixado. Recomenda-se vivamente aos candidatos que não esperem pelos últimos dias para apresentar a candidatura, pois uma saturação das linhas ou uma falha da ligação à Internet podem interromper a inscrição em linha antes da sua conclusão, obrigando-os a repetir todo o processo. Uma vez terminado o prazo para a apresentação das candidaturas, deixa de ser possível introduzir quaisquer dados. Não serão aceites inscrições fora de prazo.

Data-limite

A data-limite para o registo das candidaturas é **25 de outubro de 2023, às 12h00 (meio-dia), hora de Bruxelas**, após o que as inscrições em linha serão encerradas.

⁶ Para obter informações em linha sobre a elaboração de um CV Europass, consultar o seguinte endereço: <https://europa.eu/europass/pt/create-europass-cv>